

Desemprego médio de 9,5% em SP

A taxa média de desemprego na Grande São Paulo foi de 9,5% da força de trabalho nos primeiros cinco meses deste ano. Em maio, mais 49 mil pessoas perderam seus empregos, o que elevou o contingente de desempregados na região metropolitana para 724 mil, 7,3% a mais do ocorrido em abril (675 mil). O rendimento dos assalariados teve uma queda de 7% em abril, mês em que a média salarial registrada, de 81,7%, foi a menor dos últimos três anos. Enquanto o custo de vida cresceu 78,8% no primeiro quadrimestre, os salários evoluíram aproximadamente 50%, o que mostra uma perda de 21,2% para o trabalhador.

Os dados, divulgados ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical

de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), fazem parte da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada mês a mês na Grande São Paulo pelo órgão em conjunto com a Fundação Seade. O diretor técnico do Dieese, Walter Barelli, disse que a pesquisa mostra o início da crise econômica que o País atravessa. Só o fato de maio ter apresentado aumento no índice de desemprego já é indicador de recessão, segundo ele. Tradicionalmente, este sempre foi um mês de decréscimo na taxa de desemprego. Cerca de 48% dos 724 mil desempregados foram demitidos, comportamento bastante diferente daquele apresentado em 1985 e 1986, em que as demissões vinham diminuindo sua participação no total de desligamentos.

Barelli acredita que essa situação tende a piorar ainda mais nos próximos meses, com os desligamentos por decisão da empresa superando os pedidos de emissão. O desemprego de maio se concentrou na chamada mão-de-obra primária, atingindo principalmente os chefes de família, que perfizeram um total de 20% dos desligamentos. O aumento do custo de vida em abril reduziu em 7% o rendimento médio real do trabalhador, que passou de Cz\$ 7.063,00 para Cz\$ 6.546,00. Os ocupados tiveram seu rendimento corroído em 19,5% e a queda nas folhas de pagamento foi de 21,2%. A defasagem ocorreu em todos os níveis salariais mas atingiu, em maior escala, os salários mais altos.



Walter Barelli, do Dieese

Apoio a menor prazo do resíduo

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O economista Eduardo Modiano, da PUC-Rio, e um dos autores do Plano Cruzado, disse, ontem, que vê "com bons olhos" a disposição do governo de reduzir o prazo de pagamento dos resíduos salariais acumulados até maio, previsto atualmente para seis meses.

Segundo Modiano, a medida servirá de indicador para expressar a vontade de diálogo com os trabalhadores, "a fim de que o plano possa decolar" e abrir espaço para negociação em troca de compromissos.

Para o economista, a condição básica de êxito da negociação em torno do prazo do resíduo é que os empresários concordem em não repassá-lo aos preços. "Só assim a medida poderá representar um ganho real para os trabalhadores e significar um caminho para o diálogo". Modiano assinalou que o ganho real assegurado por decreto poderá não se tornar efetivo — com ou sem redução de prazos — se a inflação não for realmente contida.

"Eu prefiro um repasse ao lon-

go de seis meses do que a redução do prazo sem nenhuma garantia de ganho real do lado da inflação", disse Modiano. "De qualquer modo, — acrescentou — o governo precisa costurar esse acordo, no sentido de perpetuar a queda da inflação que certamente vai ocorrer nos dois primeiros meses do

plano". Para ele, se tal acordo for possível, "talvez haja até mesmo espaço para amorecer em parte as reivindicações sobre reposições salariais passadas".

Modiano comentou também a anunciada extensão do prazo do crédito ao consumidor de seis para oito ou dez meses. Segundo ele,

trata-se de uma medida "mais psicológica" e uma opção do governo para evitar a "mexida" nas altas taxas de juros reais. "Neste quadro de taxas de juros altas e queda do salário real, creio que o impacto efetivo da medida será pequeno, inclusive sobre a inflação", disse. Para ele, a extensão de prazo serve também como um sinal de que o governo quer manter as taxas de crescimento da economia, embora considere prematuro falar em recessão.

Opinião semelhante sobre as duas medidas, mas a partir de outro enfoque, é a do economista Antonio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas. Segundo ele, a recessão "já está aí, na queda do emprego, das vendas e nas taxas de juros, além do sacrifício dos salários".

Porto Gonçalves ressaltou que o governo "percebeu a recessão e quer diminuir um pouco o impacto das medidas, para evitar que o clima recessivo se aprofunde". Segundo o economista, a redução dos prazos do pagamento dos resíduos e a extensão do crédito "não são nocivos e não terão grande impacto na inflação."

Dispensas na Cofap

ABC
AGÊNCIA ESTADO

Suspensão de parte dos investimentos projetados de US\$ 30 milhões e dispensa de trabalhadores. Estas são as alternativas de momento do grupo Cofap, conglomerado de 13 empresas que lidera o setor de autopeças na América Latina, apresentadas ontem pelo presidente Abraham Kasinski, em São Paulo.

Bastante preocupado com as repercussões do Plano Bresser, que paralisaram praticamente o setor produtivo, e vivendo a ameaça de colapso no fornecimento de amortecedores às montadoras de veículos, duramente atingidas pela recessão, a Cofap está

enxugando custos e repensando o cronograma de obras de ampliação de suas três unidades no Sul de Minas, além de programas de desenvolvimento e pesquisa no ABC paulista.

Kasinski relacionou ontem durante a apresentação de um novo produto — o amortecedor com controle eletrônico — três pontos de estrangulamento dos planos de investimento e conquista de novos mercados (a Cofap exporta para 88 países). Os aumentos de última hora dos preços de energia elétrica, aço e combustíveis estreitaram a margem de lucro da empresa, numa ação combinada com o gatilho salarial de maio, que será pago em junho, e o "estranho" índice de 9% de redutor, determinado pelo Ministério da Fazenda.

Normas do SFH saem em 15 dias

Em 15 dias, o governo finalmente irá regular, ampliar e colocar em prática uma nova política Habitacional. Nestas duas próximas semanas se definirá, por exemplo, como e com que recursos se cobrirá o "rombo", financeiro de Cz\$ 200 bilhões nas contas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Esse é o motivo principal da recusa das companhias de crédito imobiliário em conceder financiamentos para a compra da casa própria.

Um novo pacote de habitação vai contemplar, também, uma mudança radical na forma de operar da Caixa Econômica Federal (CEF). Suas 1.800 agências espalhadas pelo Brasil ganharão independência, gerências regionais e passarão a conceder empréstimos diretamente aos compradores, como faz o Banco do Brasil com os financiamentos agrícolas.

O anúncio e as promessas foram feitas ontem em São Paulo pelo ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), durante entrevista coletiva na sede do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci). Schwartz foi homenageado pela entidade devido às decisões que vem tomando, no sentido de conduzir a política habitacional do País para o atendimento prioritário da população de baixa renda.



Homenageado pelo Creci, Schwartz justificou indefinição

Roberto Capuano, presidente do Creci, destacou ainda o fato de o ministro ter encampado e viabilizado propostas dos corretores, como a caderneta habitacional vinculada para financiamentos futuros e a destinação de um percentual fixo (25%) dos recursos do SFH para a compra de imóveis usados.

SEGURANÇA NACIONAL

Na longa entrevista, Deni Schwartz disse concordar com as pessoas que colocam a falta de habitação como um problema de segurança nacional, reconhecendo a necessidade de se adotar providências urgentes que evite as invasões de terrenos urbanos, a disparada dos preços dos aluguéis e o alto custo das construções. Condenando os desequilíbrios no mercado de locação, em que inquilinos de imó-

veis idênticos pagam aluguéis disparatados, o ministro defendeu como melhor solução a vinculação dos reajustes a um percentual fixo (1%) do valor venal dos imóveis. O anteprojeto de Saulo Ramos, consultor geral da República, contempla reajustes diferenciados por faixas salariais.

Questionado várias vezes sobre a demora do governo em tomar decisões nessa área e cumprilas, o ministro primeiro ironizou: "Temos um problema de alta rotatividade de autoridades", disse, para justificar a paralisação que essa alternância de autoridades provoca nos projetos e programas oficiais. Em seguida, sério, disse que o governo não abdicou do programa de construir aos menos 250 mil residências por ano com recursos do FND (Fundo Nacional do Desenvolvimento).

Gurgel inaugura fábrica do Cena

RIO CLARO
Agência Estado

Hoje, quando Rio Claro comemora 160 anos de fundação, a Gurgel S.A. Indústria e Comércio de Veículos, instalada desde 1975 na cidade, inaugura a Gurgel Motores, com a presença do ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer e do presidente da Finep, Fábio Celso Machado. Trata-se da primeira unidade industrial a entrar em operação para atender ao projeto Cena (Carro Econômico Nacional) que será lançado no dia 7 de setembro, em Brasília. A nova unidade exigiu um investimento de US\$ 10 milhões, 80% dos quais conseguidos junto à Finep — Financiadora de Estudos e Projetos, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nesta ala serão fabricados os conjuntos propulsores do Cena (incluindo motor e transmissão com tecnologia 100% brasileira). O engenheiro João Augusto Conrado do Amaral Gurgel pretende produzir três motores por dia, passando "em curtíssimo período" a dez unidades, até atingir 50 unidades diárias até o final de 1988, quando o Cena será lançado em escala comercial.

Críticas às mudanças da legislação sindical

As lideranças sindicais receberam muito mal o projeto de lei que o presidente José Sarney enviou ao Congresso, modificando a atual legislação sindical brasileira. Para sindicalistas paulistas e cariocas, trata-se de um "retrocesso". Eles lamentam a tentativa de atropelamento, pelo Executivo, dos poderes da Constituinte e consideram que o projeto "praticamente proíbe as greves".

Para o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade — o Joaquinão —, o projeto de lei "não tem sentido", já que a Constituinte está preparando um texto "muito mais avançado. Esse projeto do Sarney é só para servir de parâmetro para os constituintes mais conservadores". Além de considerar o projeto "muito confuso", Joaquinão aponta aquela que, a seu ver, é uma das suas maiores falhas: a necessidade de deflagração de greve com aprovação de 50% da categoria. No caso de categorias muito grandes, ironiza o presidente da CGT, "como reunir tanta gente? Só se for no Mombumbum...".

Caso aprovado, o projeto de Sarney simplesmente não será observado. Por enquanto, esta é a intenção da Central Única dos Trabalhadores, CUT, que representa 1.064 sindicatos filiados. Segundo o presidente da central, Jair Meneguelli, a primeira medida que pretende encaminhar é um pedido de audiência com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para tratar de modificar sobretudo os capítulos referentes ao direito de greve. Meneguelli considera absurdo o veto à greve nos serviços públicos e atividades essenciais — lembrando a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo — e também rejeita a exigência de quórum para a

deflagração de uma greve: "Nunca fizemos votação secreta nem observamos quórum. Uma assembleia é soberana e continuaremos agindo da mesma forma". Por fim, o presidente da CUT rejeita a proposta de proibição de urnas itinerantes, o que, a seu ver, "privilegia a delegada".

No Rio de Janeiro, Roberto Ghabo, presidente da Federação Nacional dos Médicos, também se manifestou contrário ao projeto de lei sindical do governo, dizendo que ele ainda mantém "a essência da ditadura que durante tantos anos impediu o crescimento do nosso país". Abdias José dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói não vê muita novidade do projeto apresentado frente à legislação existente, já que ambos restringem o direito de greve. Abdias mostrou-se favorável à eliminação, de uma só vez, da contribuição sindical e à possibilidade de mais de um sindicato por categoria. Posição semelhante é adotada pelo Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro.

"Esse projeto é uma imoralidade", foi como o classificou o deputado José Genofino (PT/SP), ontem em Brasília. Ele lembra que no momento duas comissões temáticas da Constituinte "tomam posição correta em favor da liberdade sindical". Genofino disse ainda que o projeto é "mais uma provocação do Palácio do Planalto, assim como o foi o fato de o presidente Sarney ter afirmado que seu mandato será de cinco anos". Também para o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luiz Alves de Azevedo, do ponto de vista político, "o objetivo do presidente é retirar a iniciativa da Constituinte, autoritariamente, dando a demonstração do que entende o Executivo".

Portuários: negociação terminou em impasse

AGÊNCIA ESTADO

Terminou ontem às 22 horas, sem nenhum resultado, a reunião conciliatória entre os representantes dos portuários e a direção da Portobrás. Na reunião, com participação dos ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e dos Transportes, José Reinaldo Tavares, o presidente da Portobrás, Carlos Teófilo Mello, confirmou que o reajuste da data-base de 1º de junho — equivalente ao aumento de 16% — havia sido acertado em fevereiro, ao final da greve nacional de 24 horas. "Mas, ele afirmou, a promessa estaria inviabilizada diante do reajuste de apenas 42% concedido às tarifas portuárias, quando o reivindicado era apenas 88%."

A suspensão das negociações fez aumentar o clima de apreensão em todo o País com a possibilidade de hoje, sétimo dia de greve, se alastrar o movimento de paralisações. O comandante de Operações Navais, almirante Walter de Faria Maciel, confirmou o recrudescimento da greve mas garantiu "que até o momento o porto de Santos não havia apresentado problemas".

Ao analisar as consequências da greve, o almirante Maciel afirmou que ela já chega a um ponto preocupante "mas a Marinha ainda não adotou nenhuma medida excepcional de segurança", garantiu. Ele ex-

plicou que qualquer movimentação da Marinha dependerá de uma orientação direta do ministro Henrique Sabóia, caso a Justiça do Trabalho considere o movimento grevista ilegal "e o governo federal considere necessário reforçar a segurança dos portos".

No Estado do Rio estavam parados, até ontem à noite, os portos de Sepetiba, Niterói, Angra dos Reis e São Pedro da Aldeia. No Rio Grande do Sul, os 1.400 portuários de Rio Grande — a 313 quilômetros de Porto Alegre — anunciaram que darão um prazo até amanhã para serem atendidas suas reivindicações, caso contrário também paralisarão as atividades.

Em Recife, o movimento grevista foi ajudado pelo feriado de São João com a decisão da administração dos portos de suspender suas atividades. As principais reivindicações dos portuários são 14% de aumento do INPC; 5% de produtividade; 16% de "curva salarial", que dizem representar a perda real de poder aquisitivo dos salários durante os gatilhos.

GREVE GERAL

Hoje a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) decidem a data para a deflagração conjunta da greve geral contra o arrocho salarial. Os dias mais cotados são 15 de julho e 6 ou 12 de agosto.